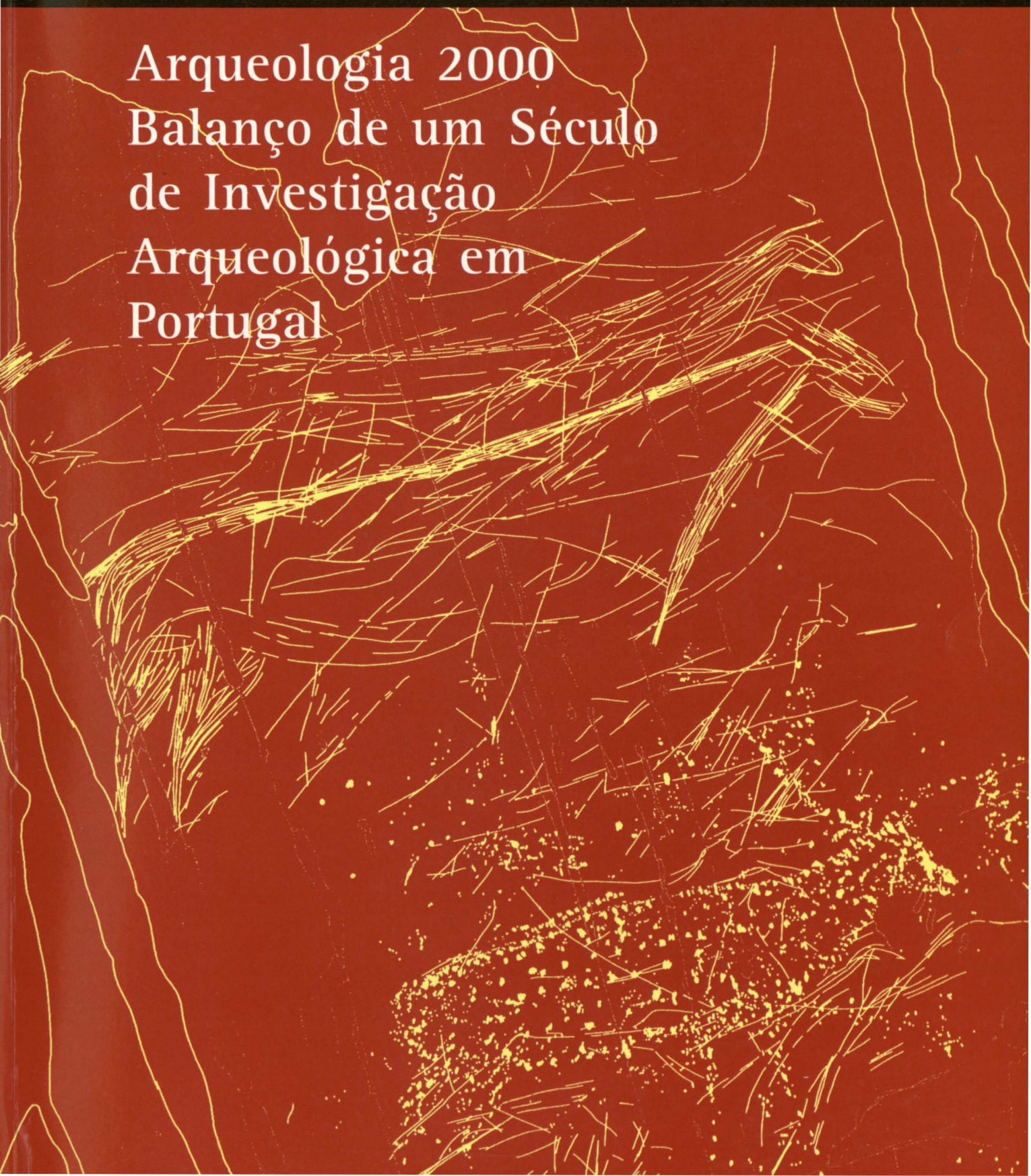


ARQUEOLOGIA & História



Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses | Volume nº54 | 2002

Arqueologia 2000 Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal



Titulo

Arqueologia e História

Volume

54

Edição

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Largo do Carmo, nº 4, 1º direito, 1200-092 Lisboa
Tel.: 21 346 04 73 · Fax: 21 324 42 52
e-mail: associacao.arqueologos@clix.pt

Coordenação

José Morais Arnaud

Projecto gráfico

oficina de design Nuno Vale Cardoso & Nina Barreiros
Capa 2.º desenho original de M. V. Gomes

Impressão

Europress – Editores e Distribuidores de Publicações, Lda.
Praceta da República, 15 – 2620-162 Póvoa de Santo Adrião
Tel.: 21 938 14 50 · Fax: 21 938 14 52
e-mail: europress@mail.telepac.pt

Tiragem

1000 exemplares

© Associação dos Arqueólogos Portugueses

ISSN

972/9451-39-7

Depósito legal

73446/93

Solicita-se permuta
Exchange wanted

Os artigos publicados nesta revista são da exclusiva
responsabilidade dos respectivos autores

Patrocínio



O desenvolvimento da arqueologia subaquática em Portugal. Uma leitura

Francisco J. S. Alves

Director do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática
Av. da Índia, 136, 1300-300 Lisboa

Mercê de circunstâncias específicas, adiante evocadas, a arqueologia subaquática em Portugal, uma década após a apresentação do balanço preliminar das iniciativas que entre nós marcaram o seu início enquanto sub-disciplina (Filgueiras, 1989; Alves, 1990), encontra-se hoje no limiar de uma fase de maturidade. Disto é exemplo o reconhecimento internacional que mereceram as opções político-culturais feitas pelo País neste domínio (Fenwick, 1998; Green, 1998)¹, o conjunto de descobertas verificado em Portugal no domínio da arqueologia náutica, cuja importância viria a ser sublinhada no Simpósio Internacional organizado em Lisboa em Setembro de 1998², mas também o aparecimento de um conjunto de novos indicadores resultando no plano técnico-científico e patrimonial do crescimento das iniciativas, dos projectos e dos protagonistas, para tal concorrendo os meios da gestão administrativa, científica e técnico-operacional criados na sequência das opções político-culturais supra mencionadas. Torna-se assim legítimo tentar reapreciar e caracterizar as fases por que passou a arqueologia subaquática em Portugal.

A baliza recuada do tema em apreço coincide com o início do desenvolvimento em Portugal do mergulho amador com escafando autónomo, nos anos cinquenta. Este é, como qualquer outro, um ponto de vista meramente convencional e arbitrário. Se bem que milenares, as actividades subaquáticas, fundamentalmente de índole militar ou económica (e nestas assinalando como sub-actividade o resgate de bens perdidos por ocasião de naufrágios – a apanha de recursos naturais constituindo outra), apenas merecem ser evocadas como prelúdio, numa perspectiva da história das técnicas. Dos *urinadores* do mundo romano e da *lex Rhodia* às tentativas de resgate por mergulhadores dos valores transportados pela nau da esquadra de Gonzalo de Carvajal perdida em 1555 na Carrapateira, ou pelo navio *San Pedro de Alcantara*, naufragado em 1786 na Papoa, em Peniche, vai um traço de união bi-milénar. O mesmo ocorrendo, aliás, quando uma decisiva etapa tecnológica é franqueada, com o mergulho semi-autónomo, dito de 'pé de chumbo', do século XIX aos meados do século XX. E nessa época de profunda revolução tec-

nológica uma técnica com tais características não podia deixar de ser utilizada na busca e recuperação de antiguidades perdidas no mar – como efectivamente aconteceu com as famosas peças de estatuária grega recuperadas nas águas de Antikytera ou no cabo Artemisio. Em Portugal não se verificou esta colaboração entre profissionais dessa nova técnica de imersão e os estudiosos do passado. No entanto, a ficha descritiva de uma anforeta das colecções do Museu Etnológico, recuperada por pescadores ao largo do Cabo de S. Vicente anotada pela mão de José Leite de Vasconcelos ilustra bem o interesse que nos eruditos dessa época despertavam os achados com esta proveniência, então frequentemente referenciados na 1ª série da revista *O Archeólogo Português*. Mas só a partir da segunda metade do século XX se podem encontrar os antecedentes imediatos da arqueologia subaquática em Portugal. Neste sentido, propõe-se a seguinte periodização da história desta disciplina em Portugal:

1º Período: Dos finais dos anos cinquenta aos finais dos anos setenta – o amadorismo

2º Período: Dos inícios dos anos oitenta a meados dos anos noventa – o pioneirismo

3º Período: Da segunda metade dos anos noventa à actualidade – os primórdios do profissionalismo.

Por sua vez, em cada um destes três períodos, podem ser consideradas várias fases. Assim:

1º Período

1ª Fase

Em Portugal, a primeira fase do período que se inicia na transição dos anos cinquenta para os sessenta em que se dá o aparecimento e o desenvolvimento do mergulho amador com escafandro autónomo, pode considerar-se como 'pré-arqueológica', a diversos títulos, embora mereça ser considerada como muito relevante no quadro da presente periodização.

Com efeito, a generalização do uso desta técnica que permite o acesso e a permanência no meio subaquático em condições de efectiva autonomia e de tempo útil, foi marcado desde início pelo achado de numerosos vestígios arqueológicos. No entanto, durante este período:

- não se desenvolveu qualquer investigação arqueológica subordinada aos métodos e técnicas específicos da Arqueologia, promovidas directamente ou não por arqueólogos;

- apenas se registaram 'recolhas' indiscriminadas de peças arqueológicas feitas por mergulhadores, promovidas por arqueólogos 'encartados' não mergulhadores. Disto é exemplo a operação efectuada em 1959 em Troia por elementos do Centro Português de Actividades Submarinas, sob a tutela do Prof. Manuel Heleno, e a idêntica iniciativa promovida igualmente em Troia no início dos anos setenta por D. Fernando de Almeida;

- não são conhecidos ou publicados quaisquer resultados das observações subaquáticas efectuadas nesta época por personalidades do meio arqueológico, pioneiras do mergulho amador, como Russel Cortez, ou simplesmente utentes episódicos dos recursos técnicos então disponíveis, como parece ter sido o caso de Bandeira Ferreira em Troia (anos cinquenta);

- apenas é conhecido um caso de um registo arqueográfico completo dos vestígios de um navio antigo afundado – um dos dois achados em 1970 na foz do rio Arade (Ferragudo, Lagoa). Merece ser referido, por curiosidade e coincidência, que este registo, de excepcional importância do ponto de vista documental (Alves, 1999), foi justamente elaborado por um arquitecto pioneiro do mergulho amador em Portugal (Jorge de Albuquerque);

- entre as raras personalidades do meio arqueológico que explicitamente reconheceram e escreveram sobre a importância da arqueologia subaquática como nova disciplina conta-se um não mergulhador (Eduardo da Cunha Serrão).

Passado pouco mais de uma década desde o início desta fase verifica-se também, pela primeira vez, aquilo que efectivamente representa uma tomada de consciência institucional da problemática do património arqueológico subaquático, que culmina com a publicação do Decreto-Lei nº 416/70, de 1 de Setembro. Este diploma veio instituir dois mecanismos fundamentais: um respeitante aos achados fortuitos de bens considerados de interesse arqueológico, que passaram a ter um tratamento diferenciado, isento dos procedimentos

habitualmente aplicados aos restantes salvados marítimos; outro, resultando da criação de uma Comissão Tripartida, composta por representantes da Marinha, da Educação e das Finanças, encarregada de dar parecer sobre tudo o que respeitasse os bens com tais características. Em todo este processo o Prof. Arq.^{to} Octávio Lixa Filgueiras viria a assumir um papel decisivo, como especialista e consultor, simultaneamente das altas esferas da Cultura e da Marinha.

De salientar que esta legislação veio rematar uma década de muitas e notáveis descobertas arqueológicas feitas por mergulhadores (na Salema, nos cabos Raso e da Roca, etc.), e que culminou no início dos anos setenta com o achado de navios antigos: em 1970 na Foz do Arade, e em 1973 na Barra de Aveiro. Neste último caso o navio foi descoberto entre as fundações de um hotel em construção, pelo que se tratou aqui de um achado náutico ocorrido em meio não subaquático.

Esta primeira fase encerra-se com a celeuma causada pelos casos de Porto Santo e da Terceira, ligados a projectos de arqueologia subaquática promovidos por equipas estrangeiras, mas que, embora autorizados, acabaram por assumir contornos assaz nebulosos e polémicos, desde logo desencorajando as autoridades portuguesas a prosseguirem na atribuição de concessões nesse domínio.

De assinalar, finalmente, como símbolo de transição para uma segunda fase deste primeiro período, a participação, a partir de 1976, de uma equipa de mergulhadores da Armada, sob o comando de um oficial (Cte. António Cardoso) nas escavações arqueológicas subaquáticas da fragata *Santo António de Tana*, afundada em 1694 em frente a Mombaça (Quênia), dirigidas pelo arqueólogo Robin Piercy, do Institute of Nautical Archaeology.

2ª Fase

Nesta nova fase, centrada na segunda metade dos anos setenta, e que poderíamos considerar como 'proto-arqueológica', é notória a emergência, embora dentro de sectores muito restritos, de uma nova consciência do significado da arqueologia subaquática. Novos fac-

tos, novas circunstâncias e novos protagonistas aparecem em cena em Portugal neste domínio.

Assim, entre os factores mais directamente relacionados com esta evolução, contam-se o projecto delimitado no quadro do Museu do Mar de Cascais (MMC) e a actividade de Jean-Yves Blot, um jovem francês radicado em Portugal e futuro arqueólogo, que iria influenciar decisivamente toda a sua envolvência. De referir no entanto, sucintamente, que a actividade pioneira do MMC na área da arqueologia subaquática em Portugal, acabou por ficar prisioneira de uma política de 'recolhas' muito primária nos seus princípios e métodos, que contrastava com a vastidão dos seus resultados e a ambição da sua aproximação pluridisciplinar. De referir num outro plano que se deve a J.-Y. Blot o primeiro registo arqueográfico de um sítio compósito (*Ponta do Altar A*, Ferragudo, Lagoa), registo este que, com o de J. Albuquerque sobre os navios antigos do rio Arade, constitui o par de peças pioneiras em Portugal no plano da documentação arqueológica.

2º Período

Este período desenvolve-se entre 1980 e 1995. Com efeito, a arqueologia subaquática em Portugal, como disciplina e projecto global, começou no início dos anos oitenta no quadro do Museu Nacional de Arqueologia por impulso do A., então seu Director (1980-1996), mergulhador diplomado em 1959³. Na realidade, datam de 1981 as primeiras observações e registos feitos pela equipa do MNA no local dos destroços do navio-almirante francês *Océan*, perdido a 18 de agosto de 1759 nas imediações da praia da Salema (Vila do Bispo), sítio onde viria a realizar-se em 1984 a primeira campanha de arqueologia subaquática feita em Portugal.

1ª Fase

Uma primeira fase deste período desenvolve-se entre 1981 (data das primeiras missões de arqueologia subaquática promovidas pelo Director do MNA) e 1988, data da primeira campanha de mar do projecto *San Pedro de Alcantara*. Esta fase é marcada, como referido, pela realização da primeira campanha de escavações arqueológicas

lógicas subaquáticas realizada em Portugal (*Océan'84*) e por um vasto conjunto de intervenções do norte ao sul do País, em diversos os contextos em meio aquático ou húmido (por exemplo, no rio Lima ou na várzea de Alfeizerão). Simultaneamente, no quadro do MNA, são lançadas as bases daquilo que informalmente se poderia designar por um departamento ou unidade de arqueologia subaquática⁴. Disto foram expressão os investimentos feitos no plano dos equipamentos específicos, das infraestruturas laboratoriais, da bibliografia adquirida, do arquivo documental organizado, da informação recolhida no quadro de um projecto de Inventário-Carta Arqueológica do património subaquático, da reserva de colecções específicas constituída, e da política de formação de pessoal seguida.

2ª Fase

Uma segunda fase desenvolve-se entre 1990 e 1993. Nesta fase, de relançamento das actividades do MNA, são efectuadas numerosas intervenções de peritagem, avaliação e salvamento arqueológico (Silvalde, *Océan*, Berlangas, Arade, Alvor, Carvoeiro, poço de Silves, *Ponta do Altar B*, Balaia, *Ponta da Piedade*, Armação de Pera, Carrapateira, *Ria de Aveiro B*). Em 1990, o MNA, em colaboração com a Academia de Marinha e a Alliance Française, organizou um 'Ciclo de Conferências de Arqueonáutica' que contou com a presença de eminentes especialistas franceses de arqueologia naval e subaquática, da Antiguidade, da época Medieval e da época Moderna (Patrice Pomey, Eric Rieth e Jean Boudriot).

3ª Fase

A terceira fase, que se desenvolve entre 1993 e 1995, é marcada pela colaboração íntima entre o MNA e a associação Arqueonáutica-Centro de Estudos e pela publicação do controverso Decreto-Lei nº 289/93, de 21 de Agosto, que veio fomentar a exploração comercial do património arqueológico subaquático, por isso dito da 'caça ao tesouro'. Deste contexto resultou um profundo debate de ideias que acabaria por coincidir com o surgido em torno da salvaguarda das gravuras rupestres do vale do Côa.

Nesta fase pioneira terminal há a destacar a mon-

tagem do Itinerário Arqueológico Subaquático do *Océan*, o lançamento de cursos e seminários de formação especializada em diversos pontos do País, para o qual muito concorreu o treino de um vasto núcleo de colaboradores entre 1993 e 1994 no âmbito de um projecto incidindo sobre o sítio de São Julião da Barra, que se prolongou no Verão por um estágio de monitores (Ferreirudo'94), uma vez que, desde então e até ao ano seguinte, todas as actividades ficariam paralisadas por força do diploma supracitado. De referir também a presença de um importante núcleo temático dedicado à arqueologia subaquática na exposição 'Lisboa Submersa' montada no Museu Nacional de Arqueologia por ocasião do evento 'Lisboa'94 - Capital Europeia da Cultura'.

3º Período

O terceiro e actual período da arqueologia subaquática em Portugal inicia-se no final de 1995 com a decisão do novo titular da pasta da Cultura em 'congelar' o D.-L. da 'caça ao tesouro', que viria a ser revogado em 1997 e com o início de projectos de dimensão qualitativamente superior a tudo o que até então tinha sido feito em Portugal.

1ª Fase

Numa primeira fase, 'pré-institucional', deste novo período, assistiu-se ao desenvolvimento do projecto respeitante aos destroços do navio dos meados do século XV *Ria de Aveiro A*. Com efeito, nos finais de 1995, coincidindo com as transformações que iria sofrer a arqueologia portuguesa, foi iniciado um projecto de investigação assente num protocolo de colaboração celebrado entre a Universidade de Aveiro e o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico. Este protocolo foi transferido subsequentemente para o Instituto Português de Arqueologia aquando da sua criação em 1997 e desde então assumido pelo Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS) deste Instituto do Ministério da Cultura. O projecto foi apoiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, dando-se assim sequência ao apoio inicialmente concedido pela Fundação C. Gulbenkian.

Esta primeira fase é também marcada por dois outros factos que iriam influenciar decisivamente os seus destinos: o primeiro foi o convite formulado ao A. pela Comissão Instaladora do Instituto Português de Arqueologia, para a assessorar nesta área, não só relativamente a assuntos correntes daquela especialidade, como também com vista à elaboração do projecto de orgânica a propor como estruturação desta área no quadro do futuro Instituto Português de Arqueologia. O segundo foi um outro convite, igualmente feito ao A., neste caso pela Comissária do Pavilhão de Portugal na Expo'98, de encabeçar um projecto de investigação arqueológica subaquática centrado sobre os vestígios de uma nau da Índia, definitivamente identificados em 1994 em S. Julião da Barra durante as operações promovidas pela associação Arqueonáutica em colaboração com o MNA.

De referir que os meios disponibilizados por estas duas linhas de actuação (Aveiro e S. Julião da Barra) vieram proporcionar a constituição de infraestruturas materiais e humanas e uma recolha de experiências que, pela primeira vez em Portugal neste domínio, assumem um carácter verdadeiramente profissional.

2ª Fase

Em Maio de 1997 é criado o Instituto Português de Arqueologia (IPA) e o Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS), na sua dependência. Por sua vez, em Junho, é publicado um novo Decreto-Lei, especificamente respeitante ao património arqueológico náutico e subaquático, que vem revogar o anterior. Entra-se assim numa segunda fase deste novo e actual período que é ainda marcada pela parte final do projecto S. Julião da Barra (que absorveu praticamente o essencial da disponibilidade do CNANS até ao final de 1998) e, simultaneamente, pelo início das rotinas de base da instituição, do ponto de vista técnico-administrativo. Com efeito, nesse último ano, quase todos os esforços do CNANS foram justamente concentrados na elaboração dos resultados da intervenção em SJB, com vista à sua publicação no respectivo Catálogo, editado pelo Pavilhão de Portugal, e na organização do Simpósio Internacional sobre Navios Medievais e Moder-

nos de Tradição Ibero-Atlântica, que viria a ser realizado em Setembro na Academia de Marinha.

3ª Fase

A terceira fase deste último período é a actual que, grosso modo, se inicia em 1999, com o CNANS já liberto dos projectos que inibiam o seu funcionamento de rotina. Nesta fase destacam-se, entre outras, o seguinte conjunto de prioridades e realizações:

- a promoção de um programa de actividades (2000) pela primeira vez em condições de viabilidade operacional, com vista ao estabelecimento de uma rotina de monitorização de sítios e de achados;

- o apoio à organização no seu âmbito de Planos Nacionais de Trabalhos Arqueológicos, cumprindo destacar neste plano: a) o aparecimento de novos projectos e protagonistas, como por exemplo 'Quarteira Submersa' e 'Porto de Mértola' (C. Simplicio); b) a entrada na sua fase terminal do projecto *San Pedro de Alcantara* (J.-Y. Blot), de reconhecida qualidade científica e metodológica; c) a continuação do projecto *S. Julião da Barra* (F. Castro); d) o lançamento da 2ª fase do projecto *Ria de Aveiro A* (2000), consistindo no estudo da mancha da carga derramada, a ser desenvolvido por quatro finalistas de Universidade Nova de Lisboa;

- a continuação do programa de atribuição de recompensas a autores de achados fortuitos de bens ou sítios arqueológicos subaquáticos, programa este que representa a fase terminal da gestão de rotina do CNANS relativamente a este tipo de achados;

- o progressivo envolvimento em projectos de mitigação de impactes negativos de obras em áreas costeiras, expresso em acções prospectivas e/ou de acompanhamento das mesmas;

- a criação nos Açores (Angra do Heroísmo, Terceira) de uma equipa permanente de três arqueólogos, para dar resposta às prioridades locais;

- a recuperação final das estruturas do casco do navio do século XV *Ria de Aveiro A* (1999) e o início do respectivo estudo de rectaguarda;

- a adequação das infraestruturas laboratoriais e das reservas (em curso);

- o reforço do programa de inventário e de carta arqueológica do património subaquático;
- a organização de 2º Seminário de Iniciação à Arqueologia Náutica e Subaquática (1999),
- a conclusão da preparação do volume das Actas do Simpósio de 1998 (2000);
- o investimento em formação altamente especializada, expresso na atribuição de uma bolsa de estudo (F. Castro) para uma graduação em arqueologia náutica na Universidade do Texas A&M (College Station), um dos mais reputados centros de formação da especialidade a nível internacional.

Bibliografia

- ALVES, Francisco (1990) – *Arqueologia subaquática em Portugal (1980-1990)*. Ed. Academia de Marinha. Lisboa.
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa (1989) – *Algumas reflexões para a definição duma política de defesa do nosso património subaquático*. Ed. Academia de Marinha. Lisboa.
- FENWICK, Valerie (1998) – *Editor's note*. "The International Journal of Nautical Archaeology", 27.3: 187. London.
- GREEN, Jeremy (1998) – *Review Article*. "The International Journal of Nautical Archaeology", 27.3: 265-267. London.

Notas

¹ Vide também a obra "Background Materials on the Protection of the Underwater Cultural Heritage / Documents de Base sur la Protection du Patrimoine Cultural Subaquatique" (Edited by / Sélectionnés par Lyndel V. Prott and / et Ieng Srong), editada em 1999 conjuntamente pela UNESCO e pela Nautical Archaeology Society, em que a arqueologia subaquática em Portugal é tida em especial destaque.

² Vide "Pré-Actas" do referido Simpósio, editadas pelo CNANS (109 pp.). As Actas finais estão neste preciso momento em vias de entrar em tipografia.

³ Correspondendo ao primeiro curso de mergulho realizado em Portugal pelo CPAS, cujas provas de mar foram realizadas justamente na península de Troia, junto às ruínas romanas – operação esta seguida da superfície pelo Prof. Manuel Heleno, então Director do Museu de Belém.

⁴ De referir que esta unidade de arqueologia subaquática teve expressão paralela na unidade de paleoecologia vegetal então igualmente criada no âmbito do Museu, sob a orientação de José Mateus.

